

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESPAÇO FÍSICO, PRÁTICA PEDAGÓGICA E PERSPECTIVA DA GESTÃO EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ms. Patrícia Beatriz de Macedo Vianna
Docente CESUCA – Faculdade Inedi

Jacilene Telles Gomes
Graduanda do curso de Pedagogia, CESUCA – Faculdade Inedi.

Karine Beatriz Arnhold Garcia
Graduanda do curso de Pedagogia;
CESUCA – Faculdade Inedi

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar observações realizadas numa escola municipal de Cachoeirinha, a partir de aspectos que norteiam a educação a respeito do tema Inclusão. Foram analisados aspectos como: espaços físicos da escola, a forma como os ambientes são utilizados do ponto de vista da inclusão, características do público que atende e de que modo a escola, bem como a direção, equipe pedagógica e docentes percebem a inclusão e sua importância para a prática pedagógica. A análise feita a partir de observações e entrevistas com a direção da escola, o corpo docente e discente, chegando a resultados sobre a forma diferenciada que a gestão trata sobre o tema da inclusão. A partir disto pode-se concluir questões sobre a importância do trabalho em conjunto da gestão e corpo docente da escola para que se chegue a uma educação realmente inclusiva.

Palavras- chave: Educação; inclusão; gestão.

ABSTRACT

This paper aims to present observations in a municipal school of Cachoeirinha, from aspects that guide the education on the subject inclusion. We analyzed aspects such as physical spaces of the school, the way the environments are used from the viewpoint of inclusion characteristics of the public it serves and how the school as well as the direction, teaching staff and teachers see the inclusion and its importance for educational practice. The analysis from observations and interviews with the school board, faculty and students, reaching different results on how the management deals with the theme of inclusion. From this we can conclude questions about the importance

of working together in the management and faculty of the school to reach a truly inclusive education.

Keywords: Education; inclusion; management.

1. Introdução

Este artigo aborda um estudo de caso realizado em uma escola da região metropolitana de Porto Alegre e teve como objetivo principal identificar de que forma a Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais vem sendo realizada na mesma, levando em consideração a perspectiva dos múltiplos atores sociais que compõe o cenário escolar, dentre eles os gestores, docentes e discentes. Para tanto, as pesquisadoras tomaram como referência o fato de que a inclusão já é uma realidade nas escolas brasileiras, sendo necessário compreender de que forma e com quais subsídios a mesma é realizada. No estudo foram pontuados aspectos físicos, a prática pedagógica e a atuação da gestão no ambiente escolar.

2. Princípios e contexto da educação inclusiva

A questão da inclusão é um tema que vem ganhando espaço, tanto no meio acadêmico quanto no meio social, o “problema” é antigo, mas as ações para favorecer a inclusão das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, – PNEE -, são muito recentes e carecem de atenção. Abrange a necessidade de favorecer de forma pedagógica a aprendizagem de todos os alunos em um mesmo contexto educacional.

No Art. 205 da Constituição Federal de 1988 consta a educação como direito de todos, dever do Estado e da família, e o seu Art. 206, traz a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. De acordo com a Constituição, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência deve se dar preferencialmente na rede regular de ensino, desde a educação infantil, como consta no Art. 208, que segue:

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:
III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.
(p.34)

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - Lei nº. 8069/90, em seu artigo 53, igualmente prevê o direito à educação e à igualdade de condições de acesso e permanência na escola. A Resolução CNE/CEB nº2 de 09/2001 também define diretrizes para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais na Educação Básica, assegura a matrícula de todos os alunos e refere que cabe às escolas organizar-se para o atendimento desses alunos, com uma educação de qualidade para todos.

A Lei 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN estabelece em seu artigo 58º, que a oferta da educação especial deve ser preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com NEE, com início na faixa etária de zero a seis anos, na educação infantil, tendo como apoio o serviço especializado para atender as especificidades desses alunos, dentro das escolas regulares.

Quando a integração do aluno especial não for possível na escola regular, ele tem direito ao atendimento educacional em instituições especializadas, como está disposto no artigo 58 § 2º da LDBN/96. Esse artigo define inclusive a educação especial para o trabalho, visando à integração na vida em sociedade, aborda o acesso aos benefícios dos programas sociais disponíveis para o mesmo nível do ensino regular. Veja o Art. 58º:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, p.21).

Cabe também ao sistema de ensino a adequação do currículo e da avaliação, métodos e técnicas educativas que atendam às necessidades específicas, inclusive para alunos que apresentem altas habilidades, havendo então aceleração para conclusão do

ensino fundamental em menos tempo, ou terminalidade específica para àqueles que não conseguirem atingir no mesmo tempo o nível do ensino fundamental, como previsto pela LDBN/96, em seu artigo 59, como consta:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996, p.22).

A escola, portanto, deve estar preparada em sua estrutura arquitetônica, pedagógica e, principalmente, contar com uma equipe de gestão que busque alternativas e recursos a fim de contemplar os objetivos da educação inclusiva.

3. Aspectos observados na escola campo da pesquisa

3.1 Aspectos físicos

É muito importante lembrar que o termo acessibilidade diz respeito não apenas à eliminação de barreiras arquitetônicas, mas também ao acesso à rede de informações, de comunicação, equipamentos e programas adequados. (MEC, SEESP, 2006, p.26)

A escola tem como público-alvo alunos do Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, estando inserida em um bairro residencial no qual a renda salarial é de até um salário mínimo. Sendo assim, atende alunos de baixa renda, em situação de vulnerabilidade social.

Frequentam a escola 430 alunos, divididos em dois turnos: manhã e tarde. A escola tem nove salas de aula e as seguintes salas especializadas: sala de vídeo (com

TV, DVD e cadeiras plásticas), sala dos professores, Biblioteca, SIR (Sala de Integração e Recursos), Laboratório de Informática (com dez computadores), Laboratório de Aprendizagem, Secretaria, Sala da Direção, Sala da Orientação e Sala da Supervisão, além do Refeitório.

Todas as salas possuem cortinas, janelas com vidros (alguns quebrados), são pintadas de cores vibrantes, bem como as portas, tornando o espaço colorido e alegre.

Na área externa, a escola conta com pracinha em espaço cercado, horta e quadra esportiva coberta, além de espaços arborizados e é totalmente cercada por muros.

A escola funciona das 8h às 12h e das 13h às 17h, de segunda à sexta-feira. Sendo que no contra-turno escolar possui o Projeto Mais Educação, que atende cerca de 150 alunos. A partir do relato da responsável pelo projeto na escola foi identificado que o mesmo é desenvolvido em atividades que acontecem no turno inverso ao de aula, realizando trabalhos integrados com a sala de aula.

No pátio da escola em área central está localizado um palco de madeira, obtido através de um projeto realizado em parceria com empresas da região. Nesse palco acontecem inúmeras apresentações de produções das turmas, como também de convidados.

O Laboratório de informática é utilizado pelos alunos da escola por meio de reserva, além dos alunos que participam do Projeto Mais Educação. Há dez computadores, porém um não estava funcionando. As aulas são programadas pelos professores, sendo que há acesso a Internet. O laboratório é coordenado por um estagiário da prefeitura.

Na Biblioteca há um projeto de Hora do Conto, realizado uma vez por mês com duração de 50 minutos para cada turma, na qual é realizada a contação de uma história e uma atividade sobre a mesma. Além disso, os alunos retiram livros uma vez por semana.

A escola desenvolve desde julho de 2009 o Projeto Criarte que tem como objetivo promover uma opção diferente de lazer durante as férias de Julho. O projeto é coordenado pela Orientadora Educacional e pela Diretora, que realizam o trabalho de forma voluntária. O projeto prevê a participação dos alunos da escola, de suas famílias e de toda a comunidade escolar.

A escola conta ainda com um Educador Social, concursado, que trabalha 40h semanais na escola, atendendo os alunos de Inclusão. Este profissional é da área da saúde e trabalhou cerca de 10 (dez) anos no Conselho Tutelar e em Postos de Saúde, o que lhe deu experiências significativas com crianças. O profissional atende os alunos, auxilia a professora, retira da sala quando estão muito agitados, nervosos, faz visitas domiciliares, encaminhamentos, etc.

3.2 Prática pedagógica

3.2.1 Na sala de AEE

De acordo com o Decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008:

Art. 1º. A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1º. Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

§ 2º. O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

A escola possui uma sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado) que está sendo transformada em uma SIR (Sala de Integração e Recursos). A responsável na escola é uma professora com 20 anos de experiência em Educação Especial. São atendidos na Sala de AEE dez alunos de inclusão e três alunos que estão em avaliação. As crianças atendidas apresentam Deficiência Mental, Transtorno de aprendizagem e de comportamento, Dislalia, Dislexia, Paralisia Cerebral e Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor. O planejamento é realizado de forma individualizada, de acordo com as necessidades de cada aluno, em conjunto com pais e professores, o atendimento é feito no turno inverso da aula.

A sala utilizada é específica para este atendimento. É uma sala ampla, arejada, com cortinas nas paredes, porta com grades. Conta com 2 (dois) computadores, e mais 4

(quatro) que estão aguardando sua instalação para uso dos alunos. Tem dezenas de jogos, brinquedos, todos em bom estado. Conta ainda com pia, espelho, quadro branco, estantes, tapetes e almofadas. É um ambiente colorido e agradável. A responsável diz que há jogos motores, porém estes não puderam ser montados devido a materiais de outros setores que estão ocupando uma parte da sala.

A escola presta serviço de apoio a outras escolas que ainda não possuem a sala de AEE, além promover externamente formação de professores que estão trabalhando com alunos de inclusão.

3.2.2 Na classe regular

A escola e sala de aula devem ser um espaço inclusivo, acolhedor, um ambiente estimulante que reforça os pontos fortes, reconhece as dificuldades e se adapta às peculiaridades de cada aluno. (MEC, SEESP, 2005, p.15)

Foi observada uma sala de aula de 3º ano, com vinte e dois alunos. As crianças apresentam idade entre oito e nove anos, sendo que quatro não estão alfabetizados. Os alunos sentam-se uns atrás dos outros em fileiras.

A sala de aula não é pintada e. A professora tem uma mesa igual a dos alunos. Na sala há alguns cartazes como: aniversariantes, ajudante do dia, alfabeto (na parede lateral da sala), combinações e regras da escola. Não há nenhum trabalho dos alunos expostos e aparentemente não há um lugar específico para isto. Não há armário na sala (o armário fica na sala dos professores), há somente as classes, cadeiras e o quadro verde.

A professora titular tem trinta anos, é formada no curso de Magistério e está cursando Licenciatura em Letras. Antes de trabalhar na escola, a professora trabalhava em creches. Ao ser questionada sobre o aluno de inclusão, a professora diz que até agora não sabe o motivo da inclusão do mesmo, sabe que ele tem deficiência motora e de fala e que usa óculos.

O aluno observado tem Paralisia Cerebral e atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e dificuldades com a fala. Ele senta-se na classe em frente a professora, a qual realizava atividades diferenciadas para o mesmo. Ele é atendido na sala de AEE e também faz acompanhamento para desenvolver a psicomotricidade

relacional de forma aquática, que é um projeto desenvolvido pelo CAEB (Centro de Atendimento a Educação Básica).

Além dele, também há uma aluna que toma medicação, porém esta não tem um diagnóstico preciso. A professora comenta que suspeita-se de TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade).

A professora é interrompida várias vezes pelos alunos. Enquanto a turma realiza as atividades do quadro, o aluno brinca com jogos de montagem. Não há interação nenhuma entre o aluno de inclusão e os demais, mesmo que a turma já o acompanhe desde o ano anterior.

Pelo observado, o trabalho realizado pela professora é individualizado, solitário, monótono e sem planejamento específico. Os alunos chamam a professora a todo instante, talvez por um único instante de fala por parte deles. São passadas no quadro atividades do tipo: formar frases com palavras soltas, separação silábica, etc.

O aluno observado recebe atividades diferenciadas que são escritas pela professora em seu caderno. Para realização das mesmas é necessário que a professora fique ao lado dele e o auxilie. Ela comenta que ele já está conseguindo ler algumas palavras, mas que não consegue escrever por causa de sua dificuldade na coordenação motora, para a qual não nenhum tipo de tecnologia assistiva na escola.

3.3 Gestão

Segundo a diretora, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola não contempla de maneira específica os alunos de inclusão, este PPP tem cinco anos, e no ano de 2012 está sendo discutido junto a comunidade escolar, compreendendo pais, alunos e professores e funcionários da escola, para uma nova sistematização e organização. O novo projeto contemplará inúmeras questões que atualmente estão a cargo da escola, como as relativas a sexualidade, meio ambiente, separação de lixo, comemorações, a inclusão e todos as nuances do Multiculturalismo.

4. Análise do relato da observação

4.1 Aspectos arquitetônicos

A escola possui rampas de acesso, há um local da escola com desnível, e esta rampa tem corrimão, em outros locais, não há corrimãos. As salas de aula apresentam desníveis para o corredor. Há banheiros adaptados na escola.

A escola não tem estacionamento específico para carros, logo, não há vagas preferenciais. Não há placas em braile, pisos de orientação, quinas arredondadas, e brinquedos de específicos para os alunos de inclusão. Nos corredores, espaços ao ar livre e salas de aula, não há faixas indicativas ou orientações sobre acessibilidade.

Segundo a Diretora, essas “melhorias” demandam valor financeiro, que a escola não dispõe para sua realização, já que não recebe verba específica para tal fim, exatamente por isso o PPP está em fase de reformulação.

Para atender aos alunos que lá estão, e que em sua maioria não possuem deficiência física, algo que poderia ser utilizado é a horta suspensa e brinquedos inclusivos na pracinha, os quais poderiam auxiliar no maior envolvimento de todos.

A escola já é referência no município por contar com 12 (doze) alunos de inclusão, principalmente por ter profissional habilitado e a Sala de Atendimento Educacional Especializado, auxiliando os alunos de Inclusão a se sentirem mais seguros e confiantes do espaço que ocupam.

4.2 Prática pedagógica

Deve-se pensar na formulação de um currículo para os alunos com necessidades especiais numa base comum aos demais alunos, pois a educação inclusiva tem como objetivo oferecer condições gerais de progressão escolar. O currículo não sofre alteração fundamental, mas as características de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais são levadas em conta.

O processo de identificação das necessidades educacionais especiais é de extrema importância, se esse processo não ocorrer com o devido cuidado, a seleção dos materiais educativos de apoio e a escolha das estratégias metodológicas e didáticas

podem não corresponder ao que realmente o aluno requer. De acordo com Denari (2006):

A ênfase no desenvolvimento, na aprendizagem e sua avaliação, bem como no processo de investigação documental, aliada à prática docente, poderia constituir a coluna vertebral de um plano de estudos que atenda à diversidade e permita a realização das adequações curriculares correspondentes para a atenção às necessidades educacionais especiais, sejam estas transitórias ou permanentes. (p.37)

O docente e toda escola precisam compreender a realidade do aluno para que a intervenção seja feita da melhor maneira possível. O que se observou em sala de aula foi, além do despreparo, a falta de dados sobre um aluno que está em sala desde o início do ano e o professor não consegue favorecer de forma significativa sua aprendizagem/desenvolvimento, tão pouco, a interação no grupo.

Segundo a professora, psicóloga e psicopedagoga responsável pelo Laboratório de Aprendizagem da escola, “a inclusão é importante na escola para criar bons cidadãos no futuro, que tenham conscientização sobre as diferenças, sejam físicas, neurológicas, ou qualquer outra”. Revela a dificuldade das famílias de entenderem os limites de seus filhos, que não há perdedores, mas sim pessoas diferentes com capacidades diferentes. Ao mesmo tempo, há famílias extremamente desleixadas com seus filhos, que não os levam ao médico, ao psicólogo, atrasando todo o trabalho pedagógico.

A Orientadora da escola ressalta que o trabalho com a Inclusão é realizado de maneira conjunta entre os diferentes setores da escola. Relata também a dificuldade ora cultural, ora familiar dos pais/cuidadores de levarem adiante tratamentos e atendimentos feitos na própria escola em turno inverso. Muitas vezes há intervenção do Conselho Tutelar, para que a família realmente leve seu filho às atividades solicitadas.

4.3 Gestão

A diretora tem experiência de vinte e quatro anos de magistério em escolas municipais e destaca que há professores muito resistentes à Inclusão, e então o administrativo “pega junto”. A escola em questão, segundo a diretora, não é uma escola classificatória e sim que acompanha a vida escolar e familiar de seus alunos, busca “entender o verdadeiro sentido da educação”. A respeito dos alunos de inclusão, ela

coloca que é realizado um trabalho diferenciado não só com os alunos, mas também com os professores, percebendo-se um amadurecimento ao longo dessa trajetória.

É preciso assumir as “diferenças” e que cada indivíduo tem seu tempo, seu ritmo, e o processo de aprendizagem deve ser repensado e adaptado às necessidades do educando. Cabe ao educador e à escola acreditar que o aluno pode aprender e se desenvolver, que ele pode evoluir nos aspectos cognitivos, afetivos e sociais e que a intencionalidade da ação educativa contribui para isso, mas o sucesso da escola inclusiva vai além, como consta no documento de Salamanca (1994; item 6):

O sucesso das escolas inclusivas que favorecem um ambiente propício à igualdade de oportunidades e à plena participação depende dum esforço concertado, não só dos professores e do pessoal escolar, mas também dos alunos, pais e voluntários. A reforma das instituições sociais não é, somente, uma tarefa de ordem profissional; depende, acima de tudo, da convicção, empenhamento e *boa vontade* (grifo meu) dos indivíduos que constituem a sociedade.

A realização efetiva da inclusão depende dos esforços de todos os envolvidos no processo educativo, é preciso uma relação de apoio e de cumplicidade entre: escola, família, alunos, professores, serviço de apoio, comunidade, ou seja, é necessário um trabalho em conjunto.

5 Conclusões

A partir da observação realizada, é possível formar um mosaico sobre a prática da Inclusão nas escolas. A escola observada não teve qualquer ingerência sobre o processo de Inclusão de alunos, passou a recebê-los e adequaram-se às dificuldades e desafios que foram acontecendo ao longo dos anos.

Como se tratava de uma escola pequena, que a partir de 2005 iniciou o processo para atender os alunos até a antiga 8ª série, recebeu também novos espaços físicos, como novas salas de aula e outras benfeitorias, o que lhe permitiu contemplar alguns requisitos de acessibilidade.

Nesta “corrida contra o tempo”, já que a escola passou a receber alunos com diferentes diagnósticos para a inclusão, junto com questões de acessibilidade, aspectos

urgentes quanto à formação de professores passaram também a fazer parte do planejamento e organização da escola.

Devemos considerar ainda que a inclusão envolve além de conhecimentos cognitivos, aspectos afetivos e sociais. Trata-se de fazer este aluno sentir-se parte da escola. Os principais desafios quanto a Inclusão referem-se a questões de valores, ética e responsabilidade que um professor deve ter com sua profissão.

Foi extremamente gratificante observar o empenho da equipe gestora que, além buscar recursos financeiros, está aberta para receber qualquer aluno, acredita no sucesso da inclusão e favorece a educação e escola para todos e todas.

Em contrapartida, encontramos em sala de aula docentes desacreditando o sucesso da inclusão, desmotivados, com uma prática pedagógica extremamente tradicional, com métodos que não abrangiam o aluno de inclusão que estava em sala de aula.

É preciso reter o bom exemplo com que essa gestão tem tratado a inclusão, sem deixar que o desânimo, o senso comum e as adversidades bloqueiem o desenvolvimento do papel de educadores, independente da necessidade do aluno. Sobretudo no que diz respeito à inclusão o professor é um mediador e não pode se omitir desse papel.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal 1988.

_____. **Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm> Acesso em: 08 abr. 2011.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> Acesso em: 08 abr. 2011.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDBN 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 08 abr. 2011.

_____. **Resolução CNE/CEB nº. 2 de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso em: 08 abr. 2011.

DECLARAÇÃO de **Salamanca**. UNESCO. Sobre os Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha: [S.n.], 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 08 abr. 2011.

DENARI, Fátima. Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão. In: RODRIGUES, Davi (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

MEC, SEESP. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física**. Brasília, 2006

MEC, SEESP. **Saberes e Práticas da inclusão: Introdução**. Brasília, 2005